

Deputados propõem jogo livre em centros turísticos

BRASÍLIA — Os constituintes com bases nas estâncias hidrominerais iniciaram ontem uma campanha pela reabertura dos cassinos. Eles pretendem aprovar emenda aditiva ao artigo 34 das Disposições Transitórias, que revoga o Decreto-Lei 9.215, de abril de 1946, que proíbe o jogo em todo o território nacional.

Foram apresentadas quatro emendas, mas o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) só deu parecer favorável à do Deputado Aloisio Teixeira (PMDB-RJ). O parlamentar fluminense tem procurado representantes da Igreja Católica, que resiste à idéia, para convencê-los a não criarem obstáculos à proposta.

O negociador do grupo junto ao Governo é o Deputado Alexandre Puzyna (PMDB-SC) e a campanha pública está a cargo do Deputado Aloisio Vasconcelos (PMDB-MG). Segundo Vasconcelos o grupo quer assegurar 30 por cento dos lucros para obras sociais nas regiões beneficiadas.

Se a Constituinte revogar o Decreto Dutra, poderão funcionar cassinos nas 32 estâncias hidrominerais hoje existentes no Brasil, desde que elas atendam a outras exigências dos parlamentares, como possuírem completa infraestrutura turística. O jogo seria proibido nas capitais.

Eleições: projeto será alterado hoje por Líderes

BRASÍLIA — Os Líderes de bancadas no Congresso apresentam hoje, em reunião convocada para as 9h, propostas de alteração do projeto do Líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), que estabelece normas para a realização das eleições municipais em 15 de novembro próximo. A maior parte das sugestões diz respeito ao prazo de filiação, registro de partidos e propaganda eleitoral.

A proposta original do Líder do PMDB foi combatida principalmente pelos pequenos partidos, que gostariam de ver ampliada a proporcionalidade na utilização do horário gratuito de rádio e televisão.

Ibsen acredita que desta reunião sairá um projeto final, permitindo o início imediato da tramitação da matéria que, segundo afirmou, não terá empecilho regimental para ser apreciada pela Câmara.

— O problema político para a realização das eleições municipais está resolvido. A maioria absoluta dos parlamentares quer eleições este ano. O que faremos agora são normas que evitem um adiamento.

Centrão negocia Ordem Econômica

BRASÍLIA — Líderes do Centrão começaram a negociar ontem com o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), representante da Liderança do PMDB, os principais pontos polêmicos da Ordem Econômica — definição de empresa nacional e exploração dos recursos minerais. A discussão sobre o Capítulo da Reforma Agrária — considerado

tema muito específico — ficou para mais tarde.

Severo Gomes apresentou uma proposta intermediária entre a do Centrão e a da Sistematização para tentar chegar a um acordo na questão da exploração de minérios. Ele propõe que a Constituição restrinja aos minérios estratégicos e fundamentais à soberania nacional a proi-

bição da exploração por empresas estrangeiras. A especificação destes minérios ficaria para a legislação complementar. A Sistematização atribuiu exclusivamente ao Estado ou empresas nacionais — em regime de concessão — o direito de explorar os recursos minerais, enquanto o Centrão admite a pre-

sença de multinacionais neste setor.

O Deputado Luís Eduardo (PFL-BA) reafirmou a sua posição contrária a qualquer limitação ao ingresso de capital estrangeiro no País:

— Como disse o Lula, capital não tem Pátria. Sou contra a nacionalização inclusive na exploração do petróleo. Nós precisa-

mos é do ingresso de mais capital no País.

A posição de Luís Eduardo é semelhante em relação à definição de empresa nacional. Severo Gomes quer garantir, no caso de empresas brasileiras de capital nacional, o "controle decisório" nas mãos de brasileiros, mas os líderes do Centrão preferem o termo "controle do capital vo-

tante".

As maiores dificuldades serão encontradas na Reforma Agrária. Luís Eduardo não aceita a estipulação de requisitos para que a propriedade cumpra a sua função social. Os líderes do Centrão também querem que o uso da propriedade — e não a propriedade — cumpra uma função social.